

Das cores do silêncio



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO

FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES – IARA BELELI

MARCO AURÉLIO CREMASCO – MARIA TEREZA DUARTE PAES

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

Hebe Mattos

Das cores do silêncio

OS SIGNIFICADOS DA LIBERDADE
NO SUDESTE ESCRAVISTA — BRASIL,
SÉCULO XIX

EDIÇÃO REVISTA

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

C279d Hebe Mattos.

Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX) / Hebe Mattos. – 3ª ed. rev. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

1. Escravidão – Brasil, Sudeste – Séc. XIX. 2. Liberdade – Aspectos sociais. 3. Racismo – Brasil, Sudeste – Séc. XIX. I. Título.

CDD301.449309815

323.44

ISBN 978-85-268-1029-7

301.45109815

Índices para catálogo sistemático:

1. Escravidão – Brasil, Sudeste – Séc. XIX	301.449309815
2. Liberdade – Aspectos sociais	323.44
3. Racismo – Brasil, Sudeste – Séc. XIX	301.45109815

Copyright © by Hebe Mattos

Copyright © 2013 by Editora da Unicamp

1ª edição, 1995 Arquivo Nacional
2ª edição, 1995 Editora Nova Fronteira
3ª edição revista, 2013
3ª reimpressão, 2024

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp

CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil

Tel.: (19) 3521-7718 / 7728

www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

A Sérgio e André

Agradecimentos

Primeiro lugar no Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 1993, uma primeira edição deste livro foi publicada pelo Arquivo Nacional, em 1995. Nunca é demais ressaltar o papel desta iniciativa para trazer a público toda uma geração de historiadores.

Ainda antes de concorrer ao Prêmio, uma primeira versão deste texto foi defendida como tese de doutoramento em história na Universidade Federal Fluminense. Agradeço à minha orientadora, Maria Yedda Linhares — amiga e eterna mestra —, e as diversas sugestões da banca examinadora da tese, formada pelos professores Ciro Cardoso, Ângela de Castro Gomes, Stuart Schwartz e Gilberto Velho.

Diversos colegas de ofício contribuíram para este livro com leituras e discussões das primeiras versões de suas partes, durante o longo desenvolvimento da pesquisa. Correndo o risco de pecar por omissão, não posso deixar de citar, no antigo Laboratório de História Social das Américas da UFF, a importante contribuição de Sheila de Castro Faria, João Luís Fragoso, Ana Maria Lugão Rios, Manolo Florentino, Nancy Naro e Martha Abreu e, na linha de pesquisa sobre escravidão e trabalho livre da Unicamp, as proveitosas discussões com Robert Slenes, Sidney Chalhoub e Silvia Lara. Slenes e Chalhoub se associaram a mim no projeto de trazer a público esta terceira edição, o que me deixou imensamente feliz.

Diversos alunos me auxiliaram no levantamento dos dados. Agradeço a todos, mas especialmente a Keila Grinberg, Robson Martins e Ana Tereza Pinto Lima, hoje meus colegas de ofício, sem os quais este livro não teria sido possível.

Sumário

Apresentação..... 15

Introdução 27

PRIMEIRA PARTE

Uma experiência de liberdade

1 – *Uma experiência de liberdade*..... 39

2 – *Um homem móvel* 49

3 – *Laços de família* 65

4 – *A potência da propriedade* 83

5 – *A cor inexistente* 101

SEGUNDA PARTE

Sob o jugo do cativo

1 – *Sob o jugo do cativo* 115

2 – *Conflito e coesão na comunidade escrava* 131

3 – *Uma relação perigosa* 157

4 – *Sobre o poder moral dos senhores*..... 177

TERCEIRA PARTE

O fantasma da desordem

1 – *O fantasma da desordem*..... 211

2 – *Os terríveis paulistas* 221

3 – *A generosidade dos senhores* 235

4 – *Expectativas sobre a liberdade* 245

5 – *A frustração senhorial*..... 259

QUARTA PARTE
“Nós tudo hoje é cidadão”

1 - “Nós tudo hoje é cidadão”	281
2 - Negro não há mais não? (I)	297
3 - Negro não há mais não? (II)	311
4 - Negro não há mais não? (III).....	325
5 - A outra história.....	339
Conclusão	359
Posfácio.....	365
Bibliografia.....	371

Gráficos

1 – Censo de 1872: população por cor e condição.....	69
2 – Inventários: lavradores segundo o estado civil.....	69
3 – Inventários: lavradores segundo o número de filhos.....	70
4 – Campos: valor médio dos invent. segundo a idade do primeiro filho.....	73
5 – Baixada: valor médio dos invent. segundo a idade do primeiro filho.....	74
6 – Inventários: Campos (acesso à terra).....	92
7 – Inventários: Baixada (acesso à terra).....	92
8 – Filhos adultos segundo o estado civil.....	96
9 – Filhos adultos (homens).....	96
10 – Filhos adultos (mulheres).....	97
11 – Inventários: Campos (acesso ao escravo).....	102
12 – Inventários: Baixada (acesso ao escravo).....	103
13 – Processos: testemunhas livres segundo a profissão.....	104
14 – Processos: testemunhas livres segundo a cor.....	105
15 – Ações de liberdade: número por período.....	192
16 – Ações de liberdade: sentenças por período.....	192
17 – Ações de liberdade: distribuição regional por período.....	192
18 – Ações de liberdade: tipo de alegação por período.....	193
19 – Ações de liberdade: tipo de alegação por região (até 1831).....	193
20 – Ações de liberdade: tipo de alegação por região (1832-1850).....	193
21 – Ações de liberdade: alegações por região (1851-1870).....	194
22 – Ações de liberdade: Sudeste.....	194
23 – Ações de liberdade: relações familiares nos libelos iniciais.....	194
24 – Ações de liberdade: escravos segundo a origem.....	195

25 – Ações de liberdade: escravos segundo o sexo.....	195
26 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: total dos registros civis (1891-1901).....	299
27 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: óbitos (1891-1901).....	301
28 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: residentes em fazendas nos registros de óbitos.....	301
29 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: profissões nos registros de óbitos	302
30 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: cor nos registros de óbitos (%).....	305
31 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: cor nos registros de nascimentos (%).....	306
32 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: profissão dos pais nos registros de nascimentos (1).....	306
33 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: profissão dos pais nos registros de nascimentos (2).....	307
34 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: crianças negras nos registros de nascimentos.....	307
35 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: crianças pardas nos registros de nascimentos	307
36 – Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: pais lavradores nos registros de nascimentos (1).....	308
37 Freguesia de Cachoeiras do Muriaé: pais lavradores nos registros de nascimentos (2).....	308
38 – Freguesia de São Gonçalo: população por cor.....	312
39 – Freguesia de São Gonçalo: profissões nos registros de óbitos.....	313
40 – Freguesia de São Gonçalo: local de residência nos registros de óbitos	314
41 – Freguesia de São Gonçalo: adultos em fazendas, por cor, nos registros de óbitos.....	314
42 – Freguesia de São Gonçalo: crianças negras nos registros de nascimentos	317
43 – Freguesia de São Gonçalo: crianças pardas nos registros de nascimentos	318
44 – Freguesia de São Gonçalo: filhos de lavradores nos registros de nascimentos (1).....	318

45 – Freguesia de São Gonçalo: filhos de lavradores nos registros de nascimentos (2)	318
46 – Freguesia de São Gonçalo: profissão dos pais nos registros de nascimentos (1)	319
47 – Freguesia de São Gonçalo: profissão dos pais nos registros de nascimentos (2).....	319
48 – Freguesia de São Gonçalo: óbitos de adultos por cor	322
49 – Freguesia de São Gonçalo: óbitos de crianças por cor.....	322
50 – Freguesia de São Gonçalo: registros de nascimentos por cor.....	323
51 – Freguesia de Santa Rita: população por cor (%).....	329
52 – Freguesia de Santa Rita: população por condição e cor (%)	330
53 – Freguesia de Santa Rita: registros de óbitos – profissões	331
54 – Freguesia de Santa Rita: profissão dos pais nos registros de nascimentos	331
55 – Freguesia de Santa Rita: crianças negras nos registros de nascimentos	332
56 – Freguesia de Santa Rita: crianças pardas nos registros de nascimentos	332
57 – Freguesia de Santa Rita: filhos de lavradores nos registros de nascimentos (1)	333
58 – Freguesia de Santa Rita: filhos de lavradores nos registros de nascimentos (2).....	333
59 – Freguesia de Santa Rita: população por cor nos registros de óbitos	334
60 – Freguesia de Santa Rita: população por cor nos registros de nascimentos	334

Apresentação

Robert Slenes

Inspirando-me na sinestesia do título, quero falar das cores do estrondo deste livro, tese de doutorado de 1993, publicado originalmente em 1995. Pois obra clássica é isto: um *show* de som e luz que define, com maestria, um certo “estilo” — um modo de conceber e fazer as coisas — em oposição a outros, anteriores. Nos termos do historiador da ciência Thomas Kuhn, é aquele trabalho que contribui de forma enfática a estabelecer um novo “paradigma” teórico-metodológico dentro de um determinado campo de estudo¹.

Nas grandes interpretações a respeito da escravidão e do sistema escravista no Brasil, anteriores à de Mattos, os escravos, libertos e livres pobres praticamente não têm voz nem vez. Os senhores e a *plantation* escravista dominam tudo. Nas obras de Gilberto Freyre (em especial, *Casa grande e senzala*, de 1933), o patriarcalismo ordena todas as linhas de solidariedade social em sentido vertical, convergindo na moradia senhorial². Nos trabalhos de Caio Prado Júnior (1942) e, depois, da Escola Paulista de Sociologia (décadas de 1960 e 1970), o peso do escravismo e da exploração senhorial leva os grupos subordinados à alienação ou à anomia, deixando-os incapacitados para qualquer ação política consequente³. N’*O escravismo colonial*, de Jacob Gorender (1985), um olímpico raciocínio senhorial, alheio a pressões vindas de baixo, é o que faz o sistema “girar”⁴.

Em oposição a esses estudos, Mattos afirma, com base em resultados empíricos novos e convincentes, que livres pobres e escravos tinham, de fato, uma significativa autonomia de cultura e ação; portanto, há que levá-los em conta se o objetivo é explicar o movimento da história. Algumas colocações da autora no capítulo 3 (“Laços de família”), chamando a atenção à importância, para esses grupos subordinados, de linhas de sociabilidade “horizontais”, podem ser lidas como o ponto de partida do livro. No mundo dos livres,

a maneira culturalmente esperada de um migrante integrar-se numa nova área não era pedindo emprego ou acolhida a um potentado local, mas travando relações duradouras com os que ali viviam, baseados em relações costumeiras. Do ponto de vista do homem livre, a solidariedade vertical [com um grande senhor] era, assim, herdada de relações horizontais anteriores, antes que escolhida.

Da mesma forma, “do ponto de vista de um escravo recém-comprado [...], os caminhos para conseguir [...] um espaço mínimo de sociabilidade passavam por integrar-se à comunidade já existente de cativos, antes que buscar uma difícil e improvável aproximação com seu senhor”. O resultado de tudo isso é que “a estrutura [da sociedade brasileira] quase ‘clânica’, como a chamou Oliveira Viana, ou ‘patriarcal’, como preferia Gilberto Freyre, não pode ser entendida [...] como uma mera extensão da família senhorial”⁵.

Como o trecho citado deixa claro, *Das cores do silêncio* procura enfocar as relações sociais ao rés do chão. O leitor logo verá, no entanto, que o livro também empreende um voo de muito alcance, visando entender a sociedade que se estrutura a partir dessas relações miúdas numa região extensa, e o movimento dela ao longo de quase um século. De onde vem essa vontade de pensar grande a partir do pequeno? Na introdução à primeira edição do livro, como nesta, Mattos nos dá a resposta, assinalando sua dívida para com a “micro-história” italiana, assim como descrita por um de seus expoentes, Giovanni Levi. É uma dívida contraída no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, onde ela se formou no mestrado e no doutorado. Na década de 1980, momento de grande expansão e profissionalização da pesquisa histórica no Brasil, a UFF era uma das mais importantes encruzilhadas de novos caminhos historiográficos, estrangeiros e brasileiros⁶.

Na Europa e nos Estados Unidos, entre a década de 1950 e a de 1970, vozes vindas das “margens” — num mundo de movimentos anticoloniais, antirracistas, feministas e contra o capitalismo selvagem — contribuíram de forma decisiva para aproximar a história e a antropologia e transformá-las em disciplinas eminentemente “êmicas”, isto é, disciplinas convencidas de que não se podem fazer análises consequentes, especialmente de “estruturas” sociais, sem resgatar a visão de mundo e as “razões” dos diversos grupos envolvidos. A revolução de perspectiva se deu, na verdade, com relação especialmente a pessoas despossuídas, antes frequentemente vistas como portadoras de patologias sociais, e gente colocada de escanteio por preconceitos étnicos, de sexo, ou de gênero.

Algumas figuras-chave do início do século e seus intérpretes posteriores evocam a transformação. Penso em Antônio Gramsci, que incentivava seus correligionários italianos de esquerda a respeitar os camponeses do Sul subdesenvolvido como possíveis interlocutores e aliados da classe operária industrial. Para ele, a vivência dos camponeses, peculiar às condições específicas de sua subordinação, lhes teria possibilitado interpretações da ideologia dominante que, em muitos aspectos, minavam esta por dentro, mesmo quando pareciam espelhá-la⁷. Na década de 1950, Eric Hobsbawm apresenta a seus colegas, historiadores marxistas ligados (originalmente) ao Partido Comunista na Inglaterra, entre eles E. P. Thompson, as ideias de Gramsci sobre a hegemonia cultural dos grupos dominantes e as possibilidades para uma práxis contra-hegemônica de gente a eles subordinada. Surpreendentemente, como Henrique Espada Lima chamou a atenção recentemente, Hobsbawm, em artigo de impacto numa revista italiana de 1960, também faz Gramsci (ou uma certa interpretação de Gramsci) chegar ao grupo de historiadores que posteriormente daria origem à micro-história, entre eles Carlo Ginzburg⁸. Já no outro lado do Atlântico, a perspectiva de Gramsci tem um impacto notável na historiografia norte-americana sobre a escravidão, através do livro *Roll, Jordan, Roll* (1974), de Eugene Genovese, que aprendera a dar ouvidos aos subalternos (termo Gramsciano) em seu longo diálogo com militantes e pesquisadores negros⁹.

Diálogo este que tem em sua base as obras de dois intelectuais afro-americanos, contemporâneos de Gramsci, W. E. B. Du Bois, dos Estados Unidos, e C. L. R. James, de Trinidad e Tobago¹⁰. A defesa desses autores-militantes da capacidade de o escravo e o negro livre raciocinarem e agirem “politicamente” de forma consequente finalmente é acolhida e celebrada pela academia norte-americana em livros de impacto de John Blassingame (1972), Herbert Gutman (1976), Eric Foner (1988 [1ª ed., 1983] e 1989) e outros, além de Genovese. Gutman e Foner também foram influenciados pelos historiadores marxistas ingleses, especialmente E. P. Thompson. O livro deste sobre o “formar-se” da classe operária inglesa (1987 [1963]) e seus artigos subsequentes a respeito das tensões e dos conflitos sociais no campo inglês do Setecentos (antes visto como área e época de paz social) tiveram grande impacto na Europa e nos Estados Unidos¹¹. Os ensaios de Thompson foram bem acolhidos pelos micro-historiadores italianos, que, aliás, mantiveram contatos estreitos com o círculo desse autor¹².

No que diz respeito à antropologia, pesquisadores da “escola de Manchester” (Max Gluckman e outros), em parte como resultado de sua experiência

de pesquisa em Rhodésia do Norte (Zâmbia) sobre africanos deslocados de suas aldeias de origem para o trabalho na mineração e na indústria, como também por causa de seu diálogo com historiadores da época pré-moderna e moderna da Europa (Hobsbawm, em particular), começam a privilegiar o enfoque no conflito, não apenas no consenso¹³. J. Van Velsen, colega de Gluckman, propõe, em artigo seminal de 1967, que o pesquisador de campo se concentre em analisar as disputas em processos judiciais, para observar o conflito entre normas e, dessa forma, captar as razões de mudanças no tempo¹⁴. Na mesma época (1966), Carlo Ginzburg, do grupo da micro-história, publica seu primeiro trabalho de fôlego sobre as razões e visões cosmológicas de camponeses, baseado em processos da Inquisição, e advoga uma aproximação da história com a antropologia¹⁵. Também no final dos anos 1960, Thompson aponta para as possibilidades de uma convergência entre as disciplinas — provavelmente, suspeito, pensando na antropologia de Manchester¹⁶.

A antropologia norte-americana dá uma virada semelhante. Relevante aqui, para nossos propósitos, é o influente livro de Sidney Mintz e Richard Price, *The Birth of Afro-American Culture* (1976)¹⁷, que insiste — numa intervenção crucial nos debates sobre a formação da cultura escrava nos Estados Unidos — na necessidade de captar os diálogos e as negociações entre os diversos agentes sociais (especialmente dentro da senzala) no dia a dia de cada microlugar estudado, com sensibilidade para mudanças no tempo. O trabalho de Mintz e Price, que circulava em manuscrito desde 1973, já marca fortemente o livro de Gutman de 1976 sobre a família escrava, o qual — polemizando com a obra de Genovese — enfatiza a relativa autonomia da cultura cativa, formada em oposição à cultura dos senhores ao longo das gerações e a partir de raízes africanas. De certa forma, a tensão entre as interpretações dos dois autores lembra a vacilação de Gramsci, que ora atribuía mais autonomia cultural, ora menos, aos camponeses¹⁸. Importantes, também, são os trabalhos de “antropologia simbólica” de Clifford Geertz. A “thick description”, proposta por Geertz (“descrição espessa” — metáfora inusitada, remetendo a sopa, malservida, pelo adjetivo “densa” na tradução brasileira), lembra o lema dos micro-historiadores: “Por que simplificar quando se pode tornar as coisas mais complexas?”. “Por que se contentar com uma sopa rala, quando é possível preparar uma espessa?” — ou seja, fazer uma descrição que capte as sutilezas dos intercâmbios humanos (as razões das “piscadelas”), sem as quais é impossível tirar conclusões (e levantar voos teóricos) convincentes sobre as relações sociais¹⁹.

As obras de todos esses autores circulavam e eram intensamente debatidas na UFF a partir do final da década de 1970. Entraram num ambiente intelectual

sofisticado, fortemente influenciado pela escola dos Annales e por uma historiografia marxista renovada, em que os docentes já insistiam na necessidade da pesquisa empírica em pequena escala, para poder pensar o movimento dos grandes sistemas socioeconômicos. O empenho dos professores da UFF (sobretudo de Maria Yedda Leite Linhares e Ciro Cardoso) e de seus orientandos em investigar a história da agricultura no Brasil e em mapear a vertente brasileira do “modo de produção escravista-colonial” (entendido como conceito heurístico, não como “gabarito” a ser imposto no material empírico) resultou numa série de monografias locais Brasil afora. Entre elas estava a dissertação de mestrado de Mattos, publicada em 1987 como *Ao sul da história*²⁰. Era um dos primeiros trabalhos a demonstrar a ubiquidade das pequenas posses de cativos e a importância da produção escravista (realizada substancialmente por posses pequenas e medianas) para o mercado interno. Junto com outros estudos da época, mostrando que até bem entrado o século XIX uma minoria expressiva de unidades domésticas livres no Brasil detinha escravos (não poucas delas, chefiadas por afrodescendentes), enterrava-se de vez a ideia de um escravismo apenas orientado para a exportação, que em todo momento colocava o homem livre pobre à margem da economia de mercado e quase sem chance para a ascensão social.

O contexto político no Brasil dos anos 1980 também influenciou a recepção na UFF das novas correntes externas. De um lado, o processo de redemocratização, com o renascimento dos movimentos operários e o surgimento de novos movimentos sociais, chamou a atenção à importância de estudar o “protagonismo” político das pessoas no âmbito local, para entender mudanças mais amplas; de outro, a própria história da ditadura militar, que interrompeu movimentos de renovação social e política no Brasil dos anos 1960, semelhantes àqueles que estimularam a bibliografia europeia e norte-americana vista acima, sugeria que o historiador também tinha que dar atenção a processos políticos e “estruturas” maiores. Creio que foi nesse contexto acadêmico e político que Mattos optou pela micro-história italiana, que insistia explicitamente na pesquisa em escala reduzida (seja, por exemplo, enfocando uma fazenda só, ou uma rede específica de negociantes de escravos ligando a África ao Brasil) como passo necessário para raciocinar sobre a história em escala maior.

São raros, no entanto, os pesquisadores que têm imaginação e fôlego para realizar tal empreitada. É instrutivo ver o método que Mattos utiliza para chegar a seu objetivo. Consiste, normalmente, na aplicação de dois métodos distintos ao processamento da mesma fonte ou na pesquisa em duas ou mais

fontes diferentes, que se complementam. Em ambos os casos, o contraponto entre os métodos e as fontes acaba “potencializando” cada um, aumentando muito o rendimento deles e permitindo o pulo entre escalas de análise.

Nos dois primeiros capítulos do livro, por exemplo, a fonte principal da narrativa — processos de homicídio envolvendo réus escravos, apreciados pela Corte de Apelação no Rio de Janeiro — é abordada por Mattos de duas maneiras. De um lado, ela faz uma densa análise de diversas “histórias” contadas por réus e testemunhas, que deixaria Ginzburg e Levi impressionados. De outro, ela sistematiza os dados sobre as testemunhas em toda a amostra de processos, para produzir um “recenseamento” (com dados sobre condição social, livre ou escrava, e sobre idade, estado civil e profissão) das pessoas mais próximas aos conflitos retratados naquela fonte — portanto, supõe-se, mais próximas à vivência e ao trabalho dos réus e das vítimas —, o que enriquece enormemente a análise qualitativa dos conflitos. Ainda nessa parte do livro, a autora estuda sistematicamente inventários *post mortem* de pequenos senhores de escravos em duas regiões fluminenses, e ações de liberdade processadas na Corte de Apelação, integrando esses resultados também à análise dos processos de homicídio. O resultado dessa “triangulação” de perspectivas é uma visão surpreendentemente viva e convincente do processo de formação de laços sociais horizontais (especialmente familiares) por parte de escravos e gente livre pobre, das estratégias de ascensão social dessas pessoas, das políticas de domínio dos senhores e dos embates e das negociações entre estes e os grupos subalternos. Nos dois últimos capítulos do livro, Mattos faz uma triangulação semelhante, utilizando jornais locais no Vale do Paraíba, uma série de artigos em jornal descrevendo em grande detalhe a organização do trabalho no pós-Abolição em diversos municípios do Rio de Janeiro, e dados locais do registro civil de nascimentos, entre outros materiais, para analisar as estratégias de senhores e (ex-) escravos no período da emancipação e nos anos 1890.

Mais do que uma história do “contraponto” entre senhores e subalternos, no entanto, o livro é uma profunda reflexão sobre os significados — para estes últimos — da liberdade e da cor da pele, ao longo do século XIX. Mattos transforma em problema de pesquisa o quase silêncio sobre a cor das pessoas em sua amostra de processos (com réus cativos) na Corte de Apelação, nas últimas décadas do escravismo. (Acima de 90% das testemunhas livres nesses documentos têm a cor designada entre a Independência e 1845, comparados a algo em torno de 20% em 1856-1865 e 5% em 1866-1888.) Para ela, “a noção de ‘cor’, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, ma-